

Para citar:

In. SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (orgs). História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil. Paraná: Editora Prismas, 2018.

Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985)⁹¹

Rafael Viana da Silva

Doutorando em História

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Os esforços orientados pela ação anarquista no fim da década de 50 em ações sindicais e culturais encontraram duros obstáculos na conjuntura efervescente da sociedade brasileira. As bases sindicais dos anarquistas foram quase que totalmente solapadas em detrimento da hegemonia de trabalhistas e comunistas e a dificuldade de renovação política também eram obstáculos a serem enfrentados. A tentativa de formar uma organização anarquista nacional também limitou-se, a ação de organizações em Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, cuja força política reduziu-se em detrimento de ações muito mais localizadas e sem a articulação política desejada por seus militantes. Apesar dessa dimensão organizativa estranhamente não ter sido objeto de muitos estudos historiográficos do anarquismo, a dimensão política e classista, longe de ser uma preferência teórica do historiador, era um componente central na identidade libertária, presente em variadas temporalidades e locais. Deslocados do grande jogo político, o anarquismo nesse período procurava restituir suas bases sociais e crescer num período de polarizações e incertezas.

De “1960 a 1964, a política brasileira não se limitava ao parlamento – tornara-se algo bem abrangente.” (MORAES, 2011, p. 33) Neste sentido, variadas organizações políticas participavam da esfera pública e construía seu projeto de sociedade. Três formas de mobilização tornavam-se evidentes no período: um movimento estudantil muito ativo e com grande impacto na opinião pública, um movimen-

⁹¹ Este artigo é uma versão preliminar de parte de uma pesquisa de doutorado em andamento.

to camponês que ocupava terras e por fim, um movimento sindical renovado (SINGER apud: TOLEDO, 2014, pp. 24-25) A campanha de desestabilização, fartamente comprovada pelo pesquisador René Armand-Dreifus (1981) foi operada fundamentalmente à partir de 1961, tendo como auge, os anos de 1962-63. Paralelamente, um processo de desestabilização do governo João Goulart era operado principalmente à partir do complexo golpista entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que reunia empresários, tecno-empresários, militares e setores civis alinhados com o anti-comunismo, a linha econômica do capital nacional-multissociado e o conservadorismo no campo dos valores. (DREIFUS, 1981, pp. 162-165) Os esforços da elite orgânica alcançaram resultados mistos nas diversas áreas de ação e com exceção das classes médias, o complexo IPES/IBAD sofreu forte resistência e até mesmo derrota em alguns setores (movimento estudantil). Apesar de não ter conseguido operar um consenso e “impor-se na sociedade brasileira”, estes institutos foram fundamentais para “estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista.” (DREIFUS, 1981, p. 337) Essa reação, de nenhum modo pode ser restringida aos setores militares, “o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores.” (NAPOLITANO, 2014, p. 243)

Os anarquistas, ainda que com capacidade de ação política reduzida, não ficaram fora deste polarizado contexto político e organizavam seus centros de cultura, participavam modestamente do mundo sindical/estudantil e divulgavam sua imprensa específica. Um ponto de inflexão na conjuntura desses espaços se daria com o golpe civil-militar de 1964. Preocupados com as possíveis consequências do golpe, os anarquistas do Rio de Janeiro reuniram-se imediatamente para fazer um balanço interno da situação política. (CENTRO DE CULTURA SOCIAL, São Paulo, 1968, p.2)

A primeira iniciativa dos anarquistas foi “perder” o livro de atas das reuniões do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), pois estas continham temas sensíveis à conjuntura política do país e se

livrarem de material comprometedor. Cientes de que o anarquismo em poucos momentos pode se dar o luxo de não ser vigiado ou reprimido, as atas foram refeitas com “assuntos que pudessem ser lidos pelas autoridades policiais” e fora marcado um encontro com os anarquistas de São Paulo para o dia 1º de Maio de 1964. (RODRIGUES, 1993, p. 55) O tema do encontro foi a situação política do Brasil, um balanço das prisões conhecidas e a guarda de documentos relativos ao anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo. A edição do jornal *O Libertário* programada para o fatídico mês de abril, jamais foi distribuída, por razões de segurança e no lugar deste, fundariam o periódico *Dealbar* em 1965, cuja mudança se daria principalmente em seu conteúdo (mais cultural), evitando atrair o olhares da repressão. Muito já se falou sobre a resistência das esquerdas a este processo, inclusive, as auto-críticas póstumas nos depoimentos traziam a angustiante questão: porque a esquerda não reagiu a altura? Se tal frase serve para reflexão dos setores majoritários da esquerda que se opunham aos golpistas, para os anarquistas, limitados a pequenos espaços organizativos, a reflexão impunha outros contornos: como passar pelo golpe e avançar.

No mesmo dia do golpe, Ideal Peres e Edgar Rodrigues foram até a sede do CEPJO se livrar de materiais que poderiam comprometer os anarquistas. Essa cultura de segurança dos anarquistas era fruto de uma prática acumulada, que não lhes permitia agir com ingenuidades. Como dito por Carlos Fico, a tese “de um golpe asséptico e banal relaciona-se à persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura”. (FICO, 2014, p. 59) Pelo contrário, o golpe liberou um onda de arbítrio. À época, o CEPJO dividia seu espaço com uma organização trotskista, com vistas a pagar o aluguel da sala e materiais tiveram de ser rasgados e jogados pela lixeira do edifício. O restante foi colocado numa carroceria de uma caminhonete, que passou incólume diante uma *blitz* na entrada da cidade de Niterói. (RODRIGUES, 1993, p. 165)

As articulações anarquistas pós-golpe e a imprensa anarquista (1964-1968)

Os anarquistas prosseguiriam com discrição política. As atividades nos centros de cultura e sua modesta imprensa serviam como ponto de contato entre os militantes que se articulavam minimamente. Os encontros anarquistas teriam pautas políticas importantes de análise da situação conjuntural e formas mínimas de manutenção de sua organização. Em 1966, uma carta enviada por Ideal Peres a Elias Iltchenco, um anarquista russo que radicara em solo brasileiro desde a década de 10 confirma que 30 militantes anarquistas do Rio de Janeiro visitaram São Paulo e que havia a iniciativa em prosseguir na articulação para o sul do país. (PERES. Carta, 04/06/1966, Rio de Janeiro, [para] Elias Iltchenco, p.1)

As atividades culturais seriam públicas, já as estritamente políticas seriam feitas de modo silencioso em casas de militantes de maneira alternada e envolveriam além dos antigos militantes, estudantes entusiasmados com a ideologia anarquista. (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p.1)

A participação de um setor estudantil nas atividades anarquistas desse período pode ser compreendida não somente como fruto de um conjuntura efervescente no mundo estudantil da época, mas – usando a lupa micro-histórica – como resultado da atuação planejada de velhos militantes anarquistas. Ideal Peres afirma que as “reuniões congregam em geral 40 a 50 pessoas”. Reunindo temas clássicos do anarquismo como questões contemporâneas, esses encontros clandestinos dos anarquistas atraíram estudantes também em solo paulista, onde segundo Ideal, na cidade de Ribeirão Preto, havia “um grupo de 15 estudantes todos interessados em nossas doutrinas.” (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p.1)

Na capital paulista, o trabalho do Centro de Cultura Social (CCS) garantia uma difusão mais consistente do anarquismo. Ideal Peres avaliava que a “penetração de nossas idéias tanto no Rio quanto

São Paulo me faz pensar seriamente no Rio Grande do Sul. É um campo aberto também, para um reinício de nossas atividades”. Lúcido da necessidade de renovação, Ideal afirma que “qualquer movimento aí só poderá progredir e tomar corpo se for iniciado e orientado por jovens e estudantes. Acredito sinceramente que os velhos companheiros não estão mais em condições físicas e culturais para um reativamento de movimento.” (PERES. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes, p1)

Em carta para Jaime Cubero, um militante (provavelmente Ideal) afirmará que “a única saída para o nosso movimento é lançar semente na juventude. Tudo deve ser feito objetivando esse fim. Não adianta lançar semente em terreno pedregoso.” Reafirmará também a necessidade de renovação, não apenas política, como teórica do movimento dizendo que era preciso superar a prática de “relembra-rem figuras do passado” e passar a investir na juventude presente. (CARTA, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] JAIME, p. 01. CARTA, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] JAIME, p.1)

Os jornais anarquistas sempre tiveram uma importância fundamental a estes militantes. Nos momentos de menor articulação política, fazer um jornal significava manter o disperso minimamente coeso. Mesmo com o golpe, estes arriscariam-se a fazer um periódico e no lugar de *O Libertário*, os anarquistas fundariam *Dealbar*. Contudo, as condições de produção do jornal eram muito distintas das dos anos anteriores. Em cartas enviadas a Ideal Peres, Pedro Catallo já enumera uma série de dificuldades de se fazer um jornal anarquista em pleno regime militar. Evitando a repressão, o militante afirma que “é preciso tomar muito a sério duas fortes razões. Uma delas é, manter no máximo possível, a linguagem prudente e precavida, evitando sempre comprometer e comprometer-se”. (CATALLO. CARTA, 16/12/1965, Rio de Janeiro, [para] IDEAL PERES, São Paulo. 2 páginas, p.1)

Decerto a opção por fazer uma disputa no campo cultural passava pela dificuldade de poder apresentar elementos políticos mais claramente anarquistas sem atrair os olhos da repressão e não pela adoção de um suposto viés estratégico ou teórico “culturalista”. Como bem aponta

o historiador Marcos Napolitano (2014), nesse primeiro momento a opção de se combater no terreno da cultura era possível, pois “vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura.” (NAPOLITANO, 2014, pp. 97-98)

Dealbar, produzido em São Paulo, teve 17 números e circulou de 1965 a 1968 e utilizou largamente temas culturais para difundir sua ideologia libertária. Outro jornal anarquista editado no período foi o jornal *O Protesto*. Iniciativa de jovens estudantes do Rio Grande do Sul, possuía uma linguagem mais ousada e circulou de modo ininterrupto entre o curto espaço de 1967 e 1968. Outras iniciativas, ainda que mais precárias e efêmeras merecem ser mencionadas. O jornal *Autogestão* que circulou durante o período e era distribuído para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro e o jornal *Autogestão Operária* lançado (e finalizado) em 1969. Depois de 1969, essa imprensa ficaria adormecida por alguns anos. Um dos motivos mais fortes para o ocaso da imprensa anarquista seria a repressão sofrida em 1969 e as dificuldades financeiras em editar os jornais.

O Movimento Estudantil Libertário (MEL): “olho por olho, dente por dente” (1967-1968)

No trabalho do pesquisador Marcelo Ridenti (2010) é possível dimensionar o impacto da presença estudantil no arco das esquerdas. A maior parte da base militante e de apoio das esquerdas, principalmente após 1964, segundo Ridenti era jovem. E segundo este pesquisador uma grande parte desta base de apoio provinha do meio estudantil. Tal fato se favorecia “pelo clima político e cultural dos anos 60” e a atuação juvenil nos movimentos sociais do período. Lembremos que as décadas anteriores ao golpe foram anos de expansão, crescimento e abertura da universidade brasileira. O ensino superior brasileiro tinha apenas 27 mil

estudantes em 1945 e já eram 142 mil em 1964. Essa massificação do ensino superior trouxe também disputas internas das diferentes frações que atuam no movimento estudantil. É apenas a partir de 1961 e 1962 que as forças de esquerda passam a ter um peso mais significativo no conjunto da representação estudantil. Mesmo com a iniciativa do regime militar em desmobilizar os estudantes, intervindo em seus centros acadêmicos e organizações, estes conseguiram se reorganizar após o golpe. De 1965 a 1968, apesar da repressão ter ceifado lideranças e afetado o funcionamento das suas entidades, o movimento estudantil teve relativa liberdade de ação. Desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos, permanecendo como um dos espaços mais ativos de oposição ao regime militar. Foi neste contexto que surgem as condições “ideais” para a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL).

A ação dos anarquistas gaúchos de *O Protesto* se ligaria a velhos e novos militantes de Rio de Janeiro e São Paulo. Desde julho de 1967 os anarquistas priorizariam “conquistar o maior número possível de jovens estudantes. E no fim de 1967, militantes do Rio de Janeiro e São Paulo afinavam posições organizativas. Em dezembro desse ano o MEL era fundado com a intenção de “fixar posição e dar combate”, assim como “ter presença ativa nas lutas de classe e ideológicas marcando rumos mais de acordo com os princípios federalistas, que devem reger a vida de toda organização de classe.” (*O PROTESTO*, 12/1967, p. 6-7)

Uma das lutas estudantis que mobilizavam também os anarquistas ocorria no centro do Rio de Janeiro, em torno do restaurante Calabouço, onde diversos estudantes secundaristas se aglutinavam. A realização de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, que seria realizada próximo ao restaurante, impeliu o governo a intervir naquele espaço – ameaçando demolir o restaurante –, mas houve grande resistência por parte dos estudantes. Em fevereiro de 1968 os militantes do MEL, marcando posição diante as lutas estudantis divulgam as resoluções do 1º Encontro Nacional de Estudantes Libertários no quinto número de *O Protesto*, onde defendiam: 1) criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, visando criar uma organização local e depois nacional; 2) Participar ativamente das manifestações estudan-

tis que visem lutas reivindicatórias; 3) expressar ampla solidariedade ao estudantado e à todo movimento social em prol da dignificação dos sindicatos operários e de melhorias em suas condições sócio-econômicas; 4) influenciar para que as decisões das entidades estudantis sejam verdadeiramente representativas e não aquelas de “grupos” ou indivíduos dirigentes e por fim, 5) apoio a UNE desde que independente de interesses políticos-demagógicos e religiosos. Vê-se, portanto, que o MEL possuía relativa estrutura organizativa e um programa mínimo de ação. Contraria-se assim, a afirmação feita no livro *Brasil Nunca Mais* (1985), de que o Movimento Estudantil Libertário era apenas uma “denominação que as autoridades policiais forjaram para intitular as atividades de um grupo de anarquista” ou que tal sigla, se insere no rol de grupos que “sequer constituíram organizações realmente estruturadas, aparecendo como tais por força da imaginação dos responsáveis pelos inquéritos.” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 112) Descartamos também as interpretações historiográficas que consideraram a ação anarquista nesse período, como apenas restrita ao campo cultural.

Logicamente o contexto político e organizativo dos anarquistas estava aquém da capacidade da esmagadora maioria da esquerda, mas há uma intenção organizativa muito bem delineada e que desconstrói os usuais estereótipos acerca desses libertários. Com razoável articulação, os militantes do Rio de Janeiro pertencentes ao MEL teriam um ano muito atribulado. Neste ano tumultuado para a luta estudantil organizariam debates, conferências, formariam grupos de ação de rua, reuniões e venderiam folhetos ideológicos. Lutariam também contra o acordo assinado pelo Ministério da Educação e pela United Agency for International Development e que ficou conhecido como acordo MEC-USAID. Segundo Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960.” (ARAÚJO, 2007, p. 158)

O Movimento Estudantil Libertário (MEL) afirmará que o acordo MEC-USAID “pretende transplantar o sistema universitário de um país de estrutura social, econômica, psicológica e racial totalmente diferente do Brasil”. Ressaltam que os “estudantes conscientes

não querem de nenhuma forma que as suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, antihumana e tecnológica”. A postura anti-imperialista e contra o acordo MEC-USAID defendida pelo MEL se vincula de maneira mais ampla ao ambiente e contexto político-cultural do final dos anos 60.

Em torno da tensão da chegada do quarto ano de aniversário do golpe, no dia 28 de março de 1968 os estudantes se organizavam para ir em passeata à Assembleia Legislativa para reivindicar melhores condições do restaurante. Neste dia, a polícia se antecipou, cercou o calabouço e reprimiu brutalmente os manifestantes. O saldo foi a morte por disparo de fogo de Edson Luis, cujo corpo foi carregado a Assembleia pela massa estudantil. No editorial de abril do jornal anarquista *O Protesto*, intitulado “PMs matam estudante” os anarquistas afirmarão que “é preciso que a morte de Edson Luiz não seja em vão.” Para estes “nada adianta se sua morte não fôr sentida, se sua luta não fôr avante”. A seqüências de mobilizações à partir da morte de Edson Luiz seriam intensas. Os anarquistas lançariam nesse contexto um panfleto intitulado “Olho por Olho: dente por dente” que atrairia ainda mais os olhares da repressão. O movimento estudantil entrava em em refluxo e parte deste seguia para a luta armada. O anarquismo seria golpeado antes de quaisquer iniciativas de radicalização ou organização mais amplos.

Análise anarquista sobre o golpe e o endurecimento do regime militar

Em abril de 1968, logo após a morte do estudante Edson Luís, os anarquistas organizados no jornal *O Protesto*, intuindo a crescente institucionalização e fechamento do regime, avaliavam que a palavra democracia no Brasil “nos pareça suspeita e encobridor de tentativas totalitárias” (*O PROTESTO*, 04/1968, p.1) Analisam igualmente que isto ocorre com “evidente supremacia do poder militar sobre o civil.” Neste ponto devemos ter cuidado com o tratamento das fontes. A prudência

dos anarquistas ao caracterizar em 1968, o regime como uma ditadura, não significa que estes consideravam-no uma “ditabranda”, como algumas pesquisas históricas tentam caracterizar o regime. Já havia o temor dentro dos círculos anarquistas em se expor demasiadamente desde 1964. Se de fato há vantagem para o historiador em analisar o regime por uma ótica prospectiva e dificuldade para os atores sociais compreenderem acuradamente o próprio tempo em que se encontram, não se pode negar que para os anarquistas a ditadura ganha todos os seus contornos sem nenhuma sobra de dúvida, principalmente após 68.

Estes afirmam em abril de 1969: “Nós não nos rendemos, conclamamos a todos para que façam o mesmo, demonstrando o seu repúdio a essa ditadura militar.” (AUTOGESTÃO. 21/04 apud: RODRIGUES, 1993c, p. 165) Para os anarquistas do período a relação entre a instalação do regime de força e os interesses econômicos burgueses era evidente, quando afirmam que “damos seguimento a nossa luta de denúncia pública contra o regime de força e opressão que se acha instalado no Brasil, assim como ao sistema capitalista que o sustenta.” (AUTOGESTÃO. 21/04 apud: RODRIGUES, 1993c, p. 165)

A imaginação golpeada: repressão ao MEL e o CEPJO (1969-1972)

Já antes da instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5), os anarquistas iriam ter de lidar com o autoritarismo do regime militar. O grupo de teatro que atuava no Centro de Cultura Social (CCS) de SP teria a peça “O Testemunho” censurada por agentes da D.D.P, vinculada a Secretaria de Segurança Pública. Em 13 de dezembro de 1968, o governo anuncia em cadeia de rádio e tv, o Ato Institucional número 5. No que diz respeito aos movimentos que se opunham ao regime, o recado do AI-5 era bem claro. Ele permitia suspender os direitos políticos, proibir atividades sobre qualquer assunto de natureza política e aplicar determinadas medidas de “segurança”. Essas medidas incluíam

liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares etc. O ato também suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional.

Os pesquisadores do regime militar são praticamente unânimes ao afirmar que 1968 foi um momento de acirramento e aprofundamento do aparato repressivo. Não se tratava de um “golpe dentro do golpe”, pois como bem alerta o historiador Carlos Fico, o “AI-5 não expressou uma mudança da natureza do regime militar”. Isso não significa dizer que de 1964 a 1968 o regime fora menos violento, mas que à partir de 68 sofisticava-se no campo repressivo. A sede do CEPJO seria invadida por agentes da Aeronáutica e 18 militantes seriam presos, em outubro de 1969. Entre os presos, membros do MEL – alguns destes relatando torturas sofridas – e o médico anarquista Ideal Peres, que permaneceu preso durante cerca de 1 mês.

Esses militantes seriam processados, assim como anarquistas de Porto Alegre, que também sofreriam inquéritos militares. Os anarquistas seriam denunciados pela Procuradoria da Justiça Militar no ano de 1969. A principal acusação seria feita com base em desrespeito de dois artigos do decreto lei 988/69, a chamada Lei de Segurança Nacional. O artigo 13 dizia respeito a “redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira [...] para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a constituição” e o 14 “formar, filiar-se ou manter associação [...] que, sob a orientação com o auxílio do governo estrangeiro ou organização internacional exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”. Um dos processados, militante do MEL é acusado de trabalhar no periódico *O Protesto* e ter distribuído o jornal *Autogestão* para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1971 o delegado da polícia e chefe do cartório do DOPS irá emitir um mandado de busca para apreensão de “livros, jornais e escritos subversivos”. O velho fantasma das “articulações” estrangeiras, curiosamente voltava como um elemento de acusação às movimentações anarquistas. Outra militante é acusada de enviar jornais para uma amiga na Bolívia e participar de reuniões “nas quais se discutia sobre o jornal *Autogestão*, sobre o socialismo e a

cêrca da política atual do País”. No mesmo processo são indiciados mais dois militantes gaúchos, que tiveram suas casas invadidas pelos agentes da repressão, que relataram encontrar “farto material subversivo.” No dia 15 de fevereiro de 1971 foram apreendidos também, 1.450 livros de Daniel Guerín na editora Prôa entre outros materiais. Os agentes buscavam também informações sobre uma suposta “Organização anarquista.” Chamava atenção dos agentes, as possíveis ligações dos militantes porto-alegrenses com anarquistas uruguaios, principalmente, porque um dos pais de uma das atingidas era militante comunista. Some-se a isto, que nas páginas de *Autogestão* os anarquistas gaúchos divulgavam um manifesto dos Tupamaros, uma das principais organizações da luta armada no Uruguai. No processo do MEL, os 16 militantes processados conseguiriam ser absolvidos. Em grande medida por uma hábil manobra jurídica, da fachada legal dos centros culturais geridos pelos anarquistas (CEPJO e CCS) e de relações pessoais.

A resistência silenciosa (1972-1977)

O efeito da repressão, conjugado com as dificuldades próprias de se manter espaços políticos e culturais funcionando neste período mantiveram os anarquistas num estado de semi-clandestinidade. Semi-clandestinidade porque se de fato não estavam sendo mais perseguidos “oficialmente”, expor-se politicamente neste contexto, era correr o risco de reincidir nas acusações anteriormente elencadas pelo poder judiciário. Havia uma leitura que aquele momento era de sobrevivência “perante o poderoso processo repressivo deflagrado pela ditadura.” (LOPES apud: DIAS, 2012, p.2) Lembremos que a partir de 1972 a oposição armada começa a ser completamente desbaratada, sendo o fim da Guerrilha do Araguaia, em 1974, seu estertor. Com base nas memórias do militante Milton Lopes, à época estudante, de 1972 a 1977 os anarquistas se concentraram em receber e orientar aqueles que se aproximavam, realizar propaganda pela editora Germinal e no estudo e resgate da história do

anarquismo. Muitas das reuniões realizadas pelos anarquistas, no caso do Rio de Janeiro ocorriam no apartamento de Ideal Peres e da militante anarquista Esther Redes, evitando assim possíveis agentes da repressão.

Segundo Milton Lopes (DIAS, 2012), Esther e Ideal se esforçariam para tentar articular minimamente a juventude simpatizante do anarquismo com vistas a criar um germe de organização. As reuniões apesar de não terem no imediato, gerado uma organização mínima e estável, permitiram a articulação silenciosa de seus militantes e a lenta reconstrução de seu campo político. Podemos afirmar que esse tipo de prática era uma forma possível de resistência realizada pelos anarquistas naquele momento, algo que o historiador James Scott – dissertando sobre as formas de resistência que fogem do olhar costumeiro dos pesquisadores – considera uma infra-política, fruto de contextos onde a “atividade política explícita está quase proibida.” (SCOTT, 2004, p. 235) Segundo o depoimento quase todo domingo os anarquistas se reuniam nesse apartamento. Nesse espaço figuras históricas e militantes mais novos participariam de reuniões com temas de estudo do anarquismo. Em São Paulo, um espaço que garantiria a sociabilidade e encontro dos anarquistas nesse período foi o “Nosso Sítio”, local, que nosso depoente chegou a visitar algumas vezes.

Sobre a luta armada, Lopes avaliava à época que o movimento anarquista existia em nível de sobrevivência e que tais ações eram completamente inviáveis. Apesar da empolgação de alguns mais novos pelas ações guerrilheiras, na metade da década de 70, Ideal Peres alertava sobre a necessidade de manter discrição, para que futuramente o anarquismo pudesse prosseguir em sua trajetória política. Milton Lopes em seu relato, afirma ter optado por tentar articular um grupo libertário dentro de sua faculdade, que mais adiante se desarticulou. Ainda assim havia uma comunicação permanente do anarquismo com o exterior, que era mantida com grande cautela, após os desdobramentos de 1972: jornais anarquista internacionais eram guardados num fusca pertencente a Ideal e posteriormente distribuídos aos novos militantes. Segundo Milton Lopes, essas reuniões ocorreram durante anos e algumas iniciativas de possíveis trabalhos de inserção social foram “testadas” pelos anarquistas,

mas sem nenhum grande sucesso. Isso só mudaria com o aparecimento de um jornal anarquista em plena ditadura militar.

Inimigo do Rei, movimento estudantil e sindical (1977-1985)

O primeiro jornal a retomar a imprensa anarquista depois da prisão e absolvição de anarquistas do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro será o *O Inimigo do Rei*. O jornal foi lançado em 1977 por estudantes baianos que aderiram ao anarquismo na onda das manifestações estudantis e no caldo cultural do Maio de 68 e funcionou com interrupções até 1988. Segundo Simões o jornal surge do embate de estudantes da Universidade Federal da Bahia com outras correntes políticas de esquerda – na disputa de uma chapa de estudantes de filosofia – e nasce, sem relação direta com a “velha guarda” do anarquismo. (SIMÕES, 2007, pp. 168-169) Segundo depoimento de Toni Pacheco (um dos fundadores do IR) e colhido pelo historiador João Henrique de Castro Oliveira, o jornal “nasceu como um panfleto mimeografado”, lançado na Universidade Federal da Bahia intitulado *Fantasma da Liberdade*. (OLIVEIRA, 2007, p. 152) Já em sua primeira edição o IR propõe uma Federação Libertária Estudantil (FLE), tentando resgatar uma ideia desarticulada com a repressão sofrida pelo MEL. A proposta dos anarquistas era modesta mas ousada e aproveitava o processo de “distensão” planejado pelo regime. Ao lançarem o jornal IR, os anarquistas faziam um cálculo político arriscado, mas aproveitavam as brechas que o momento lhes dava. Paralelamente, levantavam a falta de participação popular nesse debate da redemocratização, afirmando que “o povo, é mantido ao largo das decisões.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.9)

A análise dos anarquistas era a de que os diretórios acadêmicos são “altamente dependentes da direção e dos colegiados de curso, quem determina e controla suas eleições e seu funcionamento em geral”. Propunham como solução “a criação de alguma espécie de órgão

independente” que organize-se à partir de “grupos e curso” e seja “aberta a todos os estudantes” com “ampla participação, aliada ao mínimo de controle”. A FLE nascia com a adesão de quatro grupos estudantis: “Fantasma da Liberdade (filosofia), Fim de Festa, Um Estranho no Ninho (economia) e Ovelha Negra.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10) Como contraponto ao modelo hierárquico de organização na sociedade, a FLE defenderá a autogestão, retomando a ideia das ocupações dos “locais de trabalho”, das “ruas e praças, nas fábricas, nas escolas, etc.” A autogestão seria compreendida como “a administração e organização da vida social pela coletividade (autogestão social).” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10) Defendem a criação de “comitês de base – sem chefias, nem imposições” e as pautas do movimento negro, dos homossexuais, das mulheres, dos dissidentes entendendo que é um “engano achar que são movimentos marginais, de uma minoria, pois em número constituem a maioria das pessoas.” Em relação aos partidos políticos dirão que “quem se filia a qualquer dos dois partidos, Arena ou MDB, está em verdade emprestando um ar de democracia onde só existe árbitro.” (*O INIMIGO DO REI*, 10/1977, p.10)

No jornal número 6, uma foto estamparia o artigo “O Fantasma da Liberdade ronda a UNE, Ameaçador”. A foto trazia alguns estudantes vinculados a FLE com uma faixa onde lia-se: “-FLE- Por uma UNE Autogestionária”. A foto referia-se ao encerramento do 31º congresso da UNE, realizado em Salvador e que reuniu quase 10 mil estudantes. A avaliação da FLE era a de que “o Congresso foi a oportunidade para que o pensamento libertário dos estudantes brasileiros encontrasse um momento para deflagrar a guerra ao autoritarismo”. Os anarquistas da FLE de Salvador distribuíram um panfleto intitulado “Abaixo o conchavo”, onde denunciavam os “métodos ortodoxos e ultrapassados impostos pelos organizadores do congresso de reestruturação da UNE” e também propunha “uma proposta libertária de organização.” (FERRAZ. *O INIMIGO DO REI*, 07-08/1979, p. 9) Tentavam os anarquistas e libertários da FLE, colocarem suas propostas para a UNE.

O jornal também sofria influência de vários elementos contra-culturais, o que é determinante para modificar o léxico e as prá-

ticas discursivas desse periódico. Tentavam também, incorporar novas ferramentas teóricas e agregar reflexões sobre raça, gênero e questões sexuais⁹². Decerto, o IR trouxe inovações a imprensa anarquista, mas esse jornal não é uma ruptura completa com elementos já presentes no anarquismo. Em nossa percepção, dois fatores fizeram com que o IR fosse visto como algo completamente distinto dos periódicos anteriores. Primeiro, uma falsa ideia de que há um “ressurgimento” completo do anarquismo durante os anos 70, tese, que demonstramos em outros trabalhos, não se aplicar ao Brasil. (SILVA, 2012) Em segundo, o desconhecimento ou ocultamento da imprensa anarquista anterior. Como vimos anteriormente, *Dealbar* já traz alguns elementos que estão presentes em IR, tais como a ironia, a importância da cultura, o uso de fontes garrafais e chamativas, o debate do racismo, etc. Temas clássicos do anarquismo e temas contemporâneos convivem nas mesmas páginas do jornal. O jornal *Inimigo do Rei* também era recortado por polêmicas internas e não havia total coesão nas posições políticas que ocorriam. Debates acalorados em torno de temas teóricos e ideológicos espalhavam-se pelas páginas do jornal, nem sempre, com resultados animadores. As principais polêmicas giravam em torno da relação que os anarquistas teriam com outros setores da esquerda. Cabe afirmar que tanto a FLE quanto o IR assumirão o sindicalismo como uma ferramenta de luta. Não há nenhum discurso “anti-sindical” ou posição que ignore as lutas de classe, mas a incorporação (pela FLE e pelo IR) de “novos temas que emergiram à partir das contestações às autoridades na década de 60 e 70.” (SIMÕES, 2007, p. 178) Para a FLE o “sindicato é a organização operária por excelência. Muito mais que qualquer partido, o sindicato conta com o concurso dos trabalhadores.” (*O INIMIGO DO REI*, 05/1978, p. 8) Aproveitando o reflexo das mobilizações operárias em São Bernardo do Campo e a experiência da FLE os anarquistas procuravam capitalizar ações sindicais, que em 1979 tornavam-se mais concretas. O jornal IR acompanhava essa empolgação e mudava seu as-

92 Segundo o historiador João Henrique de Oliveira (2007), *O Inimigo do Rei* era um “jornal simultaneamente militante e bem humorado, engajado e desbocado, que exalava um inconfundível perfume contracultural, trazendo em suas páginas desde textos falando sobre os mártires de Chicago até matérias sobre sexualidade e maconha.

pecto gráfico, ganhando cores e um *design* mais moderno. Para os editores do jornal o que era um tabloide estudantil, “hoje amplia seu raio de ação. De um sindicato vai a outro. Estende as mãos aos trabalhadores gráficos para que voltem a dialogar com seus companheiros Jornalistas.” (*O INIMIGO DO REI*, 03/1978, p. 2) A tática utilizada pelos militantes da FLE abusou da criatividade. Circularam uma espécie de enquete na categoria dos jornalistas em Salvador sobre as condições de trabalho e o mundo sindical e publicaram algumas respostas ao formulário no jornal. Criavam assim, uma identidade entre os seus leitores e o jornal e faziam deste, uma ferramenta de organização da categoria. Essa ação nasceu dos próprios estudantes, que segundo consta em IR, “já trabalham como estagiários nos jornais de Salvador” (*O INIMIGO DO REI*, 03/1978, p. 2) e logo teve a adesão de outros nomes.

Em São Paulo, o Coletivo Libertário de Oposição Sindical (SP) aproveitaria a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) para se organizarem melhor. O encontro envolvia oposições sindicais de 16 estados do Brasil. Os anarquistas do Coletivo Libertário de Oposição Sindical (COLOPS) participariam destas iniciativas se aproximando das ideias defendidas pela Oposição Operária Metalúrgica (OPOM). Em São Paulo também funcionaria o Coletivo Libertário do Funcionalismo, que fará um balanço das lutas tocadas pelo funcionalismo nos anos 80 e os anarquistas ensaiariam iniciativas na categoria dos bancários e da educação. Em alguns momentos, o jornal trata o termo sindicalismo revolucionário como sinônimo de anarcossindicalismo ou o chama como sindicalismo livre, mas a rigor, o que o IR está efetivamente defendendo (se analisada a proposta estratégica) é o modelo do sindicalismo revolucionário. Não há neste sentido, nenhuma ruptura com a ação sindical, pelo contrário, tais ações são encaradas como parte fundamental da tradição anarquista. Os anarquistas acompanhariam também atividades comunitárias, tentando difundir suas propostas políticas e seus modelos organizativos, como na participação da Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacência (ALMA), fundada em 1976, que além de assembleias no bairro, protagonizou uma mobilização para urbanizar e transformar um

terreno situado nos fundos dos blocos residenciais em área de lazer. A ALMA também organizou um mutirão contra o custo de vida, minimizando o preço com a compra coletiva de alimentos para a comunidade e seu presidente, Pedro Porfírio defenderia a “autogestão [...] das comunidades.” (*O INIMIGO DO REI*, Bahia, 09-10/1979, p. 11). A ALMA realizaria um segundo congresso que teria como temas: Custo de vida, autogestão e cooperativismo, educação e comunidade e realidade brasileira. A meta organizativa do congresso da ALMA era posteriormente fundar uma “Federação de comunidades” e do ponto de vista imediato, lutavam em sintonia com a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) contra a implantação da auto-estrada Lagoa-Barra (CANDIEIRO. *O INIMIGO DO REI*, 11-12/1979, p.14) Não sabemos ao certo o grau de inserção dos anarquistas nessas atividades, mas sem dúvida alguma, parece ser provável pelos relatos que essa ação comunitária tenha contado com participação anarquista.

Apesar do discurso operado por Geisel de abertura política “lenta, gradual e segura” a vigilância e a repressão continuaram como marcas do regime. Segundo Mello (2014) episódios emblemáticos contrariam um suposto “fim da ditadura”, como a repressão sofrida pelo movimento operário do ABC, os atentados terroristas na seção da OAB fluminense. (MELO, 2014, p. 179) No caso dos anarquistas, a sensação de viver num regime arbitrário era recorrente, mesmo após 79 e não pode ser desprezada de maneira alguma. A violência de extrema direita prosseguiria sem impecilhos até 1981. Entre abril e outubro de 1978 foram 26 atentados, entre julho de 1979 a abril de 1980, 25 atentados. Entre abril e setembro de 1980, dezenas de bancas de jornais em várias cidades brasileiras, foram incendiadas a noite. Os alvos eram as bancas que distribuíam os jornais alternativos, o que também causou dificuldades de distribuição para o IR. (NAPOLITANO, 2014, pp. 294-295. O jornal sofreu vigilância das forças repressivas e segundo Baqueiro e Nunes, “pelo menos uma vez foi descoberto um agente da Polícia Federal nas reuniões do grupo editor.” (BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 10)

O Círculo de Estudos Libertários (CEL) e a abertura (1985)

Com o ambiente político mais arejado, os anarquistas formariam também um espaço público, o Círculo de Estudos Libertários (CEL), que seria uma incubadora da militância de anarquistas, que atuariam no âmbito sindical, comunitário e estudantil no Rio de Janeiro. As experiências anteriores – fragmentárias (ou ignoradas) aos olhos dos pesquisadores – retornariam com a insistência da reorganização do anarquismo. Fundado em 1985 após o curso “Anarquismo, por novas formas de organização social”, passou a promover reuniões semanais na escola Senador Corrêa após ter feito uma convocatória pública. O espaço de grupo de estudos serviu para construir ações políticas concretas e se relacionar com anarquistas de outros estados e países. (LOPES, 2015) Segundo Corrêa (2008) dentro do CEL desenvolveram-se grupos anarquistas como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), reorganizado em 1987, o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), o Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9) e o grupo Mutirão (1991), com trabalho em movimentos sociais agrários. Também foram importantes as iniciativas editoriais, tais como “a revista *Utopia*, o informativo *Libera... Amore Mio* e o jornal *O Mutirão*.” Dispersas, mas não isoladas, essas iniciativas foram importantes para gerar um caldo organizativo que ganharia fôlego nos anos posteriores.

Abria-se um novo ciclo do anarquismo, materializado com mais nitidez com a fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), em 1995. A FAG nasce estimulada pela relação com a Federação Anarquista Uruguai (FAU), esta última, uma sobrevivente da ditadura militar neste país cuja experiência de luta na ditadura mediante uma organização política estruturada em frentes sociais de trabalho político davam aos anarquistas gaúchos e posteriormente, os de outros estados, um modelo político que nunca se efetivou completamente no Brasil até aquele momento: uma organização anarquista nacional. Essa ponte transnacional, frequente dentro da história do anarquismo, traria um

componente político que seria responsável por reflexões organizativas profundas. Esse novo capítulo, da história do anarquismo brasileiro, obviamente pode ser elucidado em momento mais oportuno e certamente, ainda tem suas linhas a serem escritas e reescritas.

Fontes

Associação Promoção Auto Liberação Bicho Mau ou Coletivo Autonomia e Ação Direta. “Eleição Direta ou Ação Direta”. Rio/São Paulo, Abril de 1984.

Ação Direta (2ª fase), Rio de Janeiro, 1946-1959. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

A Plebe (2ª fase), São Paulo, 1947-1949. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Ação Sindical, São Paulo, 1958. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro / Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

Autogestão, Rio de Janeiro, 1968-1969. RODRIGUES, 1993c.

Autogestão Operária, Rio de Janeiro, 1969. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1960-1963. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Dealbar, São Paulo, 1965-1968. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro

O Inimigo do Rei, Bahia, 1977-1988. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

O Libertário, São Paulo, 1965. Biblioteca Social Fábio Luz, Rio de Janeiro.

O Protesto, Rio Grande do Sul, 1967-1968. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo (CEDEM), São Paulo.

Prontuário n. 05 – Centro de Cultura Social, 1945. Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dossiê Brasil Nunca Mais In Brasil Nunca Mais Digital (BNMD). Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Ideal Peres. Carta, 04/06/1966, Rio de Janeiro, [para] Elias Iltchenko. 1 páginas, p.1

Ideal Peres. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes. 1 páginas, p.1

Carta, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] Jaime. 1 páginas, p.1.

Depoimento de Milton Lopes. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2015. arquivo .mp3.

DECRETO-LEI 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS (ANA). “Entrevista com Carlos Baqueiro.” *Centro de Mídia Independente (CMI)*, 31/07/2008. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/07/425512.shtml?comment=on>

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 2007.

BAQUEIRO, Carlo. “Entrevista com Renato Ramos.” *Blog Inimigo do Rei*, 2007. Disponível em: <http://oinimigodorei.blog.terra.com.br/2007/03/06/entrevista-com-renato-ramos/>

BAQUEIRO, Carlo; NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

CORRÊA, Felipe. “A militância de Ideal Peres.” *Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC)*, 2008.

_____; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares (Orgs). *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

DIAS, Quezia. “O anarquismo e a ditadura militar no Rio de Janeiro – memórias de Milton Lopes.” *Emecê*, ano VIII, nº 23, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. São Paulo: Editora FGV, 2014.

LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964.” *Marx e Marxismo*, v.2, n.2, 2014.

MELO, Demian Bezerra de (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, João Henrique de Castro. *Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2007.

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-São Paulo, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 64 a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.

_____. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993b.

_____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993c.

SCOTT, James. *Los dominados y la arte de la resistencia*. México, D.F: Ediciones Era, 2004.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-Rio de Janeiro, 2014.

SIMÕES, Gustavo. “Por uma militância divertida: o inimigo do rei, um jornal anarquista.” *Verve 11*, pp. 168-181, 2007.

TOLEDO, Caio de Navarro. *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

Libera... Amore Mio – imprensa anarquista em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)⁹³

João Henrique de Castro Oliveira
Doutor em História Social
Universidade Federal Fluminense

O ano de 1991 já estava em sua metade. Era o primeiro da década de 90, a última do século passado. Para Hobsbawm (1995), no entanto, aquele ano já marcaria simbolicamente o fim do “breve século XX”, que teria “começado” em 1914. Na periodização proposta pelo famoso historiador britânico, o intervalo de tempo entre a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-18) e o colapso dos regimes ditos “socialistas” formaria um “período histórico coerente”. Na transição das décadas de 1980 e 1990, segundo ele, “uma era se encerrou e outra nova começou.” (HOBSBAWM, 1995, p.15)

Foi então, no despontar daquela “nova era”, que quatro jovens marcaram um encontro no bar da estação de bondes da Rua Senador Dantas, centro da cidade do Rio de Janeiro. Renato Ramos, Pedro Kroupa, Célia Regina Costa e Jaury de Oliveira decidiram “sacudir a poeira” do Círculo de Estudos Libertários (CEL), fundado em 1985. As atividades do grupo estavam desarticuladas, o número de frequentadores caiu e duas importantes figuras – que estavam entre seus fundadores – decidiram se afastar em fevereiro de 91: o veterano libertário Ideal Peres, então com 66 anos, e sua esposa Esther Redes.

A ideia dos quatro amigos era criar um boletim para divulgar as atividades e reativar as palestras semanais, mas também publicar textos que ajudassem a propagandear a ideologia anarquista. Segundo Renato

93 Este artigo é uma adaptação da tese de doutorado “*Libera... Amore Mio. Imprensa anarquista e comunicação contra-hegemônica em tempos de consenso neoliberal (1991-2011)*”, sob orientação do professor Carlos Augusto Addor (Universidade Federal Fluminense).